



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## **AS BARREIRAS ATITUDINAIS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO SOBRE O CONTEÚDO VEICULADO PELO JORNAL DO PORTAL DO PROFESSOR**

Disneylândia Maria Ribeiro (1); Silas Nascimento dos Santos (2)

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1); Universidade Federal de Pernambuco (2)*

*Emails: [d-landia@hotmail.com](mailto:d-landia@hotmail.com); [silas.santos@belojardim.ifpe.edu.br](mailto:silas.santos@belojardim.ifpe.edu.br)*

**Resumo:** Este artigo traz reflexões concernentes às barreiras atitudinais encontradas no conteúdo veiculado pelo jornal do Portal do Professor (MEC). As referidas barreiras são atitudes preconceituosas que deturpam a identidade da pessoa humana. No que tange a educação do estudante com deficiência, muitas vezes, essas atitudes são perpetuadas nas práticas docentes que, por sua vez, são disseminadas, enraizando-se por meio dos estigmas e das discriminações. Sendo assim, os objetivos são: identificar e refletir as barreiras atitudinais, produzidas e disseminadas pelo referido jornal, frente à inclusão da pessoa com deficiência na escola regular. É uma pesquisa exploratória, de cunho qualitativo, na qual foi utilizada como estratégia para geração de dados a análise documental. Apresenta-se, com brevidade, o Portal do Professor, que tem contribuído na formação de professores no Brasil inteiro. A taxonomia das barreiras atitudinais. O conteúdo reproduzido no jornal do Portal do Professor no que diz respeito à pessoa com deficiência, bem como a análise das imagens que reproduzem as barreiras. Conclui-se que são as barreiras atitudinais encontradas no material formativo do Ministério da Educação que contribuem na discriminação da pessoa com deficiência, que estigmatizam, segregam e proliferam a reprodução de discursos que marginalizam cada vez mais a inclusão da pessoa com deficiência. Por conseguinte, para que a inclusão aconteça, é inadiável que as barreiras atitudinais sejam identificadas e combatidas em quaisquer contextos.

**Palavras-chave:** Barreiras atitudinais, Formação de professores, Jornal do Professor.

### **INTRODUÇÃO**

As barreiras de atitude são comportamentos que infringem o exercício de ser cidadão, da participação total e igualitária na sociedade, da educação, do lazer e de todo e qualquer direito que deteriore, limite e subvalorize a pessoa com deficiência.

No campo educacional é muito presente a influência da visão médico-terapêutica que tende a patologizar, adjetivar, generalizar e/ou particularizar as deficiências. Consoante Lima e Tavares (2008, p. 2) há uma “[...] visão social construída historicamente em torno da deficiência como sinônimo de doença, de dependência, de indivíduos sem valor, de sofrimento”.

Desse modo, e partindo do princípio de que os professores são os principais agentes do processo educativo, instaura-se o desafio de pensar a sua



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

formação em uma perspectiva inclusiva, ética e cidadã frente aos desafios da diversidade humana e das diferenças na escola, tarefa que vem exigindo o envolvimento de profissionais de diferentes formações e âmbitos de atuação (DENARI, 2006).

Nesse contexto, alguns teóricos têm apontado a defasagem, insuficiência e inadequação da formação de professores para atuar em um paradigma de educação que busca equiparação de oportunidades e qualidade nos serviços oferecidos a todos os alunos, mediante um ensino inclusivo (FREITAS, 2006; DENARI, 2006).

Atualmente, com a disseminação das mídias e o avanço tecnológico, a formação de professores sofreu modificações substanciais, hoje é possível participar de cursos de formação, debates, trocas de experiências educativas nos sites e ambientes virtuais de diversas universidades e do próprio Ministério da Educação.

Todavia, compreendemos que o conteúdo teórico e metodológico do material veiculado nesses espaços e ferramentas merece reflexão, questionamento, investigação e análise, haja vista que, embora o discurso da inclusão tenha se propagado nos debates e fóruns educacionais, culturais e sociais contemporâneos, ainda persiste no imaginário social, e conseqüentemente, nas práticas educacionais, resquícios das concepções preconceituosas que propagam e nutrem as barreiras atitudinais contra as pessoas com deficiência. Estas, por sua vez tomam novas formas e dimensões, mas continuam presentes no meio social.

Dessa forma, tomamos o desafio de analisar o conteúdo veiculado pelo jornal do *Portal do Professor* (<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/sobre.html>) com o objetivo de identificar e refletir sobre as barreiras atitudinais frente à inclusão do estudante com deficiência na escolar regular.

## **METODOLOGIA**

O trabalho, ora apresentado, é uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo (MINAYO, 2010), na qual foi utilizada como estratégia para geração de dados a análise documental, cujo *corpus* é constituído pelas publicações no *Jornal do Professor*, sobre deficiência e educação especial.

O Portal do professor é um espaço virtual de socialização de ideias, propostas e sugestões didático-pedagógicas lançado em 2008 pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Conforme definição da equipe editorial, o objetivo do Portal do Professor é “apoiar os processos de formação dos professores brasileiros e enriquecer a sua prática pedagógica”.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

O referido portal é constituído de várias ferramentas multimídias, cursos e materiais didáticos, informativos, assim como relatos de experiência e entrevistas com educadores, etc. Entretanto, nesse escrito, nos deteremos ao conteúdo do Jornal do Professor, especificamente as três edições que abordam questões relacionadas a educação da pessoa com deficiência e a inclusão na escola regular, tais quais: “Dislexia: como trabalhar com ela?”, edição de número 17, lançada em 09 de abril de 2009; “Acessibilidade e inclusão”, edição de número 30, publicada em 26 de novembro de 2009; “Libras na escola”, edição de número 51, publicado em 22 de fevereiro de 2011.

## **AS BARREIRAS ATITUDINAIS E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

A barreira de atitude surge a partir de concepções e valores alicerçados do imaginário social acerca da deficiência, desse modo, no decorrer da história, o processo de marginalização e segregação social foi alimentado por diversas imagens negativas, associadas à pessoa com deficiência, tais como: rejeição, estranheza, piedade, tolerância, superproteção, entre outras. (MARTINS, 2007).

No livro “As Barreiras Invisíveis da Integração” lançado em 1995, pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) de Portugal é possível encontrar os contornos da imagem das pessoas com deficiência que atravessa os tempos. A ligação da deficiência a questões demoníacas, pecaminosas, bem como, a instituição legal da mendicância como forma de realçar a incapacidade e a inutilidade da pessoa com deficiência foram propagadas por diversos meios, como a literatura, o teatro, a imprensa, a religião e a própria legislação.

Corroborando com essa ideia, Sasaki (2006, p. 47) assevera que existem barreiras que impedem as pessoas com deficiência de ter acesso “aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional”.

No que se refere à escola, as barreiras físicas, ou seja, decorrentes de problemas de acessibilidade na sua estrutura, e/ou as barreiras atitudinais, tem dificultado significativamente o acesso e a permanência de alunos com deficiência na escola.

A discussão em torno das barreiras atitudinais ganhou visibilidade quando a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu a influência de tais barreiras na vida de uma pessoa com deficiência (PcD): “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, **diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em**



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

**igualdades de condições com as demais pessoas”.** (ONU, 2006; BRASIL, 2008, 2009 sem grifos no original).

Alguns pesquisadores vêm construindo uma conceituação e classificação mais consistente das barreiras atitudinais. Lima e Tavares (2008; 2012) afirmam que as barreiras atitudinais tanto podem surgir na linguagem, quanto nas ações e/ou omissões da sociedade diante da pessoa com deficiência. Sasaki (2006), também afirma que a linguagem é o meio mais propício para a difusão das barreiras atitudinais

Lima e Tavares (2012) conseguem produzir uma definição clara e objetiva das barreiras atitudinais:

As barreiras atitudinais são barreiras sociais geradas, mantidas, fortalecidas por meio de ações, omissões e linguagens produzidas ao longo da história humana, num processo tridimensional o qual envolve cognições, afetos e ações contra a pessoa com deficiência ou quaisquer grupos em situação de vulnerabilidade, resultando no desrespeito ou impedimento aos direitos dessas pessoas, limitando-as ou incapacitando-as para o exercício de direitos e deveres sociais: são abstratas para quem as produz e concretas para quem sofre seus efeitos. (LIMA; TAVARES, 2012, p. 104)

Em 2012, os referidos autores produziram um texto intitulado “Conceituação e taxonomia das barreiras atitudinais praticadas contra a pessoa com deficiência”, aprofundando o debate e trazendo à baila a tipologia das barreiras atitudinais e suas formas de manifestação. Lima e Tavares (2012) afirmam que a *Barreira Atitudinal de Substantivação* é o tratamento que é dado à pessoa com deficiência como se a mesma fosse como um todo; a *Barreira Atitudinal de Adjetivação ou Rotulação* que é o uso de rótulos ou atributos depreciativos por causa da deficiência; *Barreira Atitudinal de Propagação*, que consiste na suposição de que uma pessoa, por ter uma deficiência, tem outras; *Barreira Atitudinal de Estereótipos*, que é compreendida pela representação social “positiva” ou “negativa”, sobre pessoas com a mesma deficiência; a *Barreira Atitudinal de Generalização*, que é quando a homogeneização de pessoas é baseada numa experiência interacional com um dado indivíduo ou grupo.

Os autores ainda elucidam que a *Barreira atitudinal de Padronização* é a efetivação de serviços, baseada na experiência generalizada com indivíduo ou grupos de pessoas com deficiência; a *Barreira Atitudinal de Particularização*, que segrega as pessoas em função de uma dada deficiência e do entendimento de que elas atuam de modo específico ou particular. Há, ainda, a conceituação da *Barreira Atitudinal de Rejeição*, que se entende pela recusa



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

irracional de interagir com uma pessoa em razão da deficiência;

Destacam-se, também, a *Barreira Atitudinal de Negação*, que é quando se nega a existência ou limite decorrente de uma deficiência; *Barreira Atitudinal de Ignorância*, que é caracterizada pelo desconhecimento que se tem de uma dada deficiência, das habilidades e potenciais daquele que a tem; *Barreira Atitudinal de Medo*, que se configura quando se tem receio em fazer ou dizer “algo errado” diante da pessoa com deficiência; a *Barreira Atitudinal de Baixa Expectativa ou de Subestimação* – costumeiramente encontrada nos mais diversos contextos – que é o juízo antecipado e sem fundamento de que a pessoa com deficiência é incapaz de fazer algo.

Lima e Tavares (2012) capitulam, também, a *Barreira Atitudinal de Inferiorização* da Deficiência, que é acreditar na incapacidade das pessoas com deficiência e comparar pejorativamente os resultados das ações de pessoas sem e com deficiência; a *Barreira Atitudinal de Menos Valia*, que, por acreditar na incapacidade das pessoas com deficiência e, em consequência, avaliar depreciativamente potencialidades e ações por elas desenvolvidas; *Barreira Atitudinal de Adoração do Herói*, que se firma pela exaltação das pessoas com deficiência, supervalorização ou superestimação de tudo o que elas fazem, porque delas se espera algo de inferior intensidade.

Os autores definem a *Barreira Atitudinal de Exaltação do Modelo*, que é quando se compara a pessoa com e a sem deficiência, usando a primeira como um modelo a ser seguido, em razão da percepção de sua “excepcionalidade” e “superação”; *Barreira Atitudinal de Compensação*, que ocorre quando se favorece, privilegia e paternaliza a pessoa com deficiência, por piedade e percepção de déficit; a *Barreira Atitudinal de Dó ou Pena*, que se classifica quando a expressão e/ou atitude piedosa manifesta para com as pessoas com deficiência, restringe-as e mesmo as constrange pelas atitudes que se tem para com elas. E, por fim, a *Barreira Atitudinal de Superproteção*, que é a proteção desproporcional esteada na piedade e na percepção da incapacidade do sujeito de fazer algo ou de tomar decisões em função da deficiência.

A superação dessas barreiras é um desafio que precisa ser enfrentado no âmbito educacional, especialmente no processo de formação de professores. Nesse sentido, sublinhamos que:

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde a necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam,



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania. (XAVIER, 2002 *apud* PRIETO, 2006, p. 57)

Nesse ínterim, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) defende que os programas de formação docente sejam estruturados para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, procurando, no processo formativo, fazer com que os professores da educação básica se apropriem de uma orientação positiva sobre a deficiência, de modo a possibilitar ações educativas nas escolas, junto com serviços locais de apoio, que garantam a educação de todo o alunado. Nesse sentido, o documento ressalta que a formação constitui-se um fator chave na promoção e no estabelecimento de escolas inclusivas.

Salientamos, entretanto, que as barreiras atitudinais persistem no âmbito social e educacional e adentram nos programas e espaços de formação de professores de maneira nem sempre intencional e percebida. Consoante Lima e Tavares (2008, p. 8) “As barreiras atitudinais, por vezes, estão imbricadas de tal forma que se confundem, confundindo ao professor”.

## O CONTEÚDO VEICULADO PELO JORNAL DO PORTAL DO PROFESSOR

As representações e significações culturais da pessoa com deficiência “[...] têm como ponto de origem o olhar negativo e generalizante que a sociedade construiu historicamente acerca da deficiência e da pessoa com deficiência” (LIMA, TAVARES, 2012, p. 11). Desse modo, compreendemos que as imagens valorativas advindas dos discursos pedagógicos, científicos e históricos sobre a pessoa com deficiência chegam ao professor por meio da sua formação tanto nos espaços formais, quanto nos espaços não-formais, como é o caso dos ambientes virtuais criados com esse fim. Logo, é possível encontrar no jornal do Portal do Professor, a adjetivação e a rotulação dos alunos com deficiência como “especiais”, bem como, imagens que relacionam o aluno com deficiência a figura do “herói”, do “excepcional”, do “extraordinário”, do exemplo a ser seguido, conforme evidencia a notícia em destaque:

**Figura 1** – Print de tela colorido, em formato paisagem, do jornal do Portal do Professor - Notícia “Ensinar alunos especiais é uma lição de vida”, publicada em dia 26 de novembro de 2009, na edição de número 30 “Acessibilidade e inclusão”.

**Áudio-descrição:** Em azul, no centro da imagem “Ensinar alunos especiais é uma lição de vida”. À esquerda, cercada pela matéria do jornal, há uma pequena fotografia de uma sala de aula. Na foto, os estudantes estão sentados com os



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

braços apoiados sobre as carteiras de madeira brancas e marrons. Eles vestem camisas brancas. Olham para a direita, onde há um homem negro e uma mulher branca. Eles estão de pé. O homem tem os cabelos negros e está com o braço esquerdo flexionado para frente. Ele veste camisa branca, calça jeans e calça sapatos brancos. A mulher tem os cabelos negros, veste uma camisa verde claro e calça jeans azul escuro. Ela segura um livro aberto nas mãos em direção aos estudantes.



No título e no decorrer do texto fica explícita a asserção preconizada por Lima e Tavares (2008) de que o professor passa a acreditar que ter um aluno com deficiência é uma providência divina para que ele possa praticar o bem e a ética, como ilustra a narrativa a seguir:

“Se tivesse abandonado meu trabalho, estaria arrependida. Tem sido uma lição de vida”, conta a professora de português da Escola São José, no município de Cruzeiro do Sul, no Acre, que tem 21 anos de experiência no magistério. Segundo ela, desde o início das aulas os estudantes surdos procuravam ensinar algumas coisas aos professores, de modo a facilitar a comunicação: “a gente colocava no papel o que queria dizer e eles traduziam

para a linguagem de sinais.” Atualmente, a instituição dispõe de um intérprete, encarregado de passar o conteúdo dado na aula para a linguagem de sinais. (Trecho da notícia “Ensinar alunos especiais é uma lição de vida” publicada em dia 26 de novembro de 2009)

Nessa mesma notícia encontramos um fragmento que reforça a ideia de exaltação do modelo, quando a imagem da pessoa com deficiência é apresentada como exemplo de persistência e coragem diante os demais, como verificamos nos excertos abaixo:

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

De acordo com Ana, os alunos surdos demonstram um interesse muito maior por aprender, do que os demais. “Eles têm esforço, dedicação, e vontade de participar. [...]” Para ela nenhum aluno especial é problema. “Eles ajudam a contribuir”, destaca a professora, que também tem um cadeirante entre seus alunos, desde 2008. “Ela é ótima aluna”, garante. **(Trecho da notícia “Ensinar alunos especiais é uma lição de vida” publicada em dia 26 de novembro de 2009).**

Clarividente é, pois, que as barreiras atitudinais, estão imbricadas nas concepções e práticas educacionais, no fazer pedagógico, nas interações sociais e reverberam nas representações que os docentes elaboram sobre os discentes com deficiência.

Outra questão premente nas edições analisadas do jornal do professor é a conotação assistencialista que adquire a educação da pessoa com deficiência e o pressuposto de que algumas escolas são mais sensíveis a esse público do que outras, como fica patente no informe que se segue:

**Figura 2** – Print de tela colorido, em formato paisagem, do jornal do Portal do Professor do – Notícia “Escola de Recife atrai estudantes excluídos”, publicada em 22 de fevereiro de 2011, na edição de número 51 “Libras na escola”.

**Áudio-descrição:** Em azul, no centro da imagem “Escola de Recife atrai estudantes excluídos”. Abaixo e à esquerda, há uma fotografia de uma garota negra. Ela tem os cabelos pretos e curtos, sobrancelha fina. Os olhos estão cerrados. Ela tem em o nariz pequeno, está com a boca bem aberta e dentes à mostra. Veste blusa branca. A garota está sentada numa cadeira de encosto amarelo e tem o corpo inclinado para a esquerda. Consulta um dicionário de Libras, que sobre uma carteira.



Essa compreensão fica mais evidente nos seguintes trechos da narração:

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Criada em 1994 com a ideia inicial de atender os surdos que viviam na rua e estavam evadidos do sistema de ensino, a Escola Municipal Padre Antônio Henrique, em Recife (PE), é uma escola inclusiva que atende a todos os tipos de estudantes, entre eles alunos com síndrome de Down, paralisia cerebral, e baixa visão. “[...]. É uma escola que tem sensibilidade para esse público”, assegura a diretora, Maria de Fátima Ribeiro Ferraz. **(Trecho da notícia “Escola de Recife atrai estudantes excluídos” publicada em 22 de fevereiro de 2011)**

Segundo Mantoan (2013, p. 4) essa é uma tendência comum entre educadores, pais e gestores que fazem uma interpretação errônea da inclusão, e acabam caindo na armadilha de “diferenciar o ensino escolar comum para certos grupos de alunos ou mesmo para um único aluno”, logo, as escolas que assumem essa perspectiva adotam procedimentos metodológicos programas didáticos específicos, currículos adaptados e restritos conforme níveis de dificuldade e/ou desempenho de determinados alunos. “Esses procedimentos diferenciam para *excluir* e são próprios de um ensino diferenciado que chega ao nível de sua individualização, ou seja, a ser proposto sob medida para cada um!”

Outro aspecto que nos chamou atenção nessa mesma edição do Jornal do Professor foi a representação da surdez apenas sob o aspecto linguístico. Isso fica bem explícito nos informes intitulados “Aulas de libras mudam comportamento de alunos ouvintes”; “Língua de sinais ajuda escola a melhorar rendimento de estudantes”; “Educadora defende mais tempo para o ensino de libras”.

Há uma ênfase excessiva no ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como se a inclusão dos estudantes surdos dependesse única e exclusivamente dessa língua. Esse fenômeno também desconsidera as peculiaridades de cada aprendiz, pois algumas pessoas surdas utilizam formas alternativas de comunicação, o que torna adequado a adoção de outras perspectivas de aprendizagem e a utilização de recursos didáticos diversos.

Comprendemos que o ensino e a utilização da Língua Brasileira de Sinais, são elementos importantes no processo de inclusão, no entanto, questionamos a redução da surdez ao aspecto linguístico, bem como o processo de inclusão do estudante surdo ao ensino bilíngue.

No que se refere especificamente a edição de número 17 do jornal do professor intitulada “Dislexia: como trabalhar com ela?” lançada em 09 de abril de 2009,

Alguns profissionais chegam a mim perguntando qual o diagnóstico de determinadas crianças com dificuldades de aprendizagem. Eu digo que é distúrbio específico de leitura. Muitos, sem informação, chegam a dar graças a Deus por não ser dislexia. Mas mal sabem que essa é a



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

definição da **doença**. (Trecho da notícia “Mais Conteúdo, Menos Preconceito”, publicada em 09 de abril de 2009, na edição de número 17 “Dislexia: como trabalhar com ela” o Jornal do Portal do Professor).

Essa compreensão corrobora com o modelo médico da deficiência, que muito contribuiu para perpetuar os preconceitos em torno da deficiência, ao associar esta a um estado patológico justificado por meio da incapacidade e da desvantagem de um sujeito que por ser acometido por uma perda, perturbação ou anormalidade está relegado a uma condição de dependência permanente. (CARVALHO, 2010). As consequências desse modelo se refletem na atitude das pessoas, que passam a alimentar os sentimentos de dó, pena, benevolência e superproteção frente às pessoas com deficiência.

## CONCLUSÃO

Ao analisarmos os jornais do Portal do professor do MEC, encontramos diversas situações em que as barreiras atitudinais estão presentes, dentre elas, podemos citar: Barreira Atitudinal de Estereótipos, de Adoração do Herói, de Exaltação do Modelo, de Compensação e de Padronização. Esse fato é muito preocupante, posto que o material analisado além de ser formativo, é produzido e publicado pelo MEC: instituição pública responsável pela educação que é referência para os docentes de todo o país.

Ou seja, o material, provavelmente, não passa por revisão antes de ser publicado e ainda segue o caminho oposto às diretrizes educacionais inclusivas “seguidas” legalmente pelo MEC. Ademais, esse material também foge aos ideais que discutimos em nosso marco teórico, onde ressaltamos a importância de uma formação docente reflexiva, dotada não apenas de embasamento teórico, mas também de uma boa carga de criticidade.

Portanto, torna-se fator de urgência continuar identificando e combatendo tais barreiras, independentemente dos contextos em que elas se manifestem. Desse modo, corroboramos com a asserção de Lima e Tavares (2012, p. 11) “O esclarecimento informacional é valioso para a formação da consciência inclusiva e deve, pois, estimular a reflexão sobre os discursos, as ações, as omissões praticadas pela sociedade diante da pessoa com deficiência”.

Para atender ao paradigma que representa a Educação Inclusiva, as entidades responsáveis por formar parte da comunidade escolar, são chamadas a reorganizar seus conteúdos curriculares e revisar suas estratégias de



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

formação, a fim de preparar o professor para a diversidade e as diferenças que cruzam o chão da escola, pois a *Educação Inclusiva* só terá seus objetivos alcançados se todos os envolvidos neste processo vivenciarem atitudes e valores positivos. Para tanto, é preciso que a inclusão seja introjetada como um objetivo, simultaneamente, individual e coletivo. Como uma mudança de dentro para fora, das partes para o todo.

## REFERÊNCIAS

ADFA, Associação dos Deficientes das Forças Armadas. (vários autores). **As Barreiras Invisíveis da Integração**. Lisboa, ADFA, 1995

BRASIL. **Decreto nº 186, de 09 de julho de 2008**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/congresso/DLG/DLG-186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/congresso/DLG/DLG-186-2008.htm) Acesso em 06 de setembro de 2014

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm) Acesso em 06 de setembro de 2014

CARVALHO, Rosita Edler. A classificação de funcionalidade e sua influência no imaginário acerca das incapacidades. In: \_\_\_\_\_ **Escola Inclusiva: A reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

DENARI, Fátima. Um novo olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, David. (org.) **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, David. (org.) **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

LIMA, Francisco José de; TAVARES, Fabiana dos Santos Silva. **Conceituação e taxonomia das barreiras atitudinais praticadas contra a pessoa com deficiência**. 2012. Disponível em <http://www.deficienteciente.com.br/2012/09/barreiras-atitudinais-obstaculos-a-pessoa-com-deficiencia-na-escola.html> Acesso em 10 jul. de 2014.

LIMA, Francisco José de; TAVARES, Fabiana S. S. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In SOUZA, Olga Solange Herval (org.). **Itinerários da Inclusão Escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas**. Porto Alegre: AGE, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Diferenciar para incluir ou para excluir?** Por uma pedagogia da diferença. Projeto Diversa, out de 2013. Disponível em: [http://www.diversa.org.br/artigos/artigos.php?id=2879&/diferenciar\\_para\\_incluir\\_ou\\_para\\_excluir\\_por\\_uma\\_pedagogia\\_da\\_diferenca](http://www.diversa.org.br/artigos/artigos.php?id=2879&/diferenciar_para_incluir_ou_para_excluir_por_uma_pedagogia_da_diferenca). Acesso em 08 de jun. 2014



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

MARTINS, L. A. R. **Algumas Reflexões a respeito da formação docente para atuação com a diversidade.** Anais da Anped, GT 02, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais)

ONU, **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** (2006). Tradução Oficial/Brasil. Secretaria Especial dos direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Brasília: 2007

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 2006.

UNESCO, (1994). **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2014